



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

4. As partes podem, por acordo, escolher livremente o foro da arbitragem e a língua ou línguas a utilizar no processo arbitral, desde que sejam traduzidas simultaneamente na língua portuguesa, nos termos da legislação aplicável.
5. [...].”

ARTIGO 2

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 1 de Agosto de 2024.

A Presidente da Assembleia da República, *Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias*.

Promulgada, aos 22 de Agosto de 2024.

Publique-se.

O Presidente da República, FILIPE JACINTO NYUSI.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 16/2024:

Altera o número 4 do artigo 51 da Lei n.º 12/2022, de 11 de Julho, Lei da Electricidade.

Lei n.º 17/2024:

Altera os artigos 15, 16, 17, 19, 43, 96, 108, 110, 116, 130, 131, 132, 137 e 144, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 16/2024

de 3 de Setembro

Havendo necessidade de proceder à revisão da Lei n.º 12/2022, de 11 de Julho, Lei da Electricidade, que define a organização geral do sector de energia eléctrica e o regime jurídico das actividades de fornecimento de energia eléctrica, permitindo que a resolução de diferendos possa, excepcionalmente e em determinadas condições, ocorrer em foros imparciais, ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 178 da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Alteração)

É alterado o número 4 do artigo 51 da Lei n.º 12/2022, de 11 de Julho, Lei da Electricidade, que passa a ter a seguinte redacção:

“ARTIGO 51

(Resolução de litígios)

1. [...].
2. [...].
3. [...].

Lei n.º 17/2024

de 3 de Setembro

Havendo necessidade de proceder a revisão pontual do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto, de modo a preencher lacunas nas normas respeitantes à gestão e disciplina e adequá-lo à realidade sócio-económica actual, ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 178 da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Alteração)

São alterados os artigos 15, 16, 17, 19, 43, 96, 108, 110, 116, 130, 131, 132, 137 e 144, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro, e pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto, que passam a ter a seguinte redacção:

“ARTIGO 15

(Requisitos para promoção)

1. A promoção é sempre condicionada à existência de vaga e disponibilidade orçamental, sendo que, para a categoria de Juiz de Direito B e de Juiz Desembargador são, ainda, condicionadas à aprovação em provas específicas.
2. [...].
3. [...].
4. [...].
5. [...].

ARTIGO 16

(Provimento de Juizes Conselheiros e período de exercício de funções)

1. [...].
2. Podem concorrer para a vaga de Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, os magistrados judiciais, do Ministério Público e outros cidadãos nacionais, de reputado mérito e idoneidade cívica, todos licenciados em Direito, com pelo menos, 10 anos de actividade na carreira de docente universitário em Direito ou no exercício da advocacia, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
3. Os Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo exercem funções até atingirem os limites de idade ou de tempo de serviço prestado ao Estado, nos termos do presente Estatuto, salvo quando ocorra alguma das outras situações previstas na lei geral.

ARTIGO 17

(Mérito dos magistrados)

Para efeitos do disposto no artigo 16 do presente Estatuto, o mérito dos magistrados judiciais e do Ministério Público é avaliado tomando-se em consideração os seguintes elementos:

- a) o nível de desempenho e a qualidade das decisões proferidas;
- b) a classificação de *Muito Bom* com *Distinção* ou de *Muito Bom*;
- c) ter sido distinguido com a atribuição de diploma de mérito;
- d) a falta de registo disciplinar;
- e) a publicação de trabalhos científicos no âmbito das ciências jurídicas de relevância para a actividade jurisdicional;
- f) formação continuada em matérias de interesse para a judicatura;
- g) obtenção do grau de mestrado ou doutoramento em Direito;
- h) actividade de docência em cursos de Direito;
- i) actividade de formação desenvolvida no âmbito da actividade dos tribunais;
- j) outros factores reveladores de elevação do nível de conhecimentos técnico-profissionais.

ARTIGO 19

(Abertura de concurso)

O Conselho Superior da Magistratura Judicial, por aviso publicado no *Boletim da República* e no jornal de maior circulação, declara aberto o concurso curricular de acesso ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, com antecedência mínima de 30 dias.

ARTIGO 43

(Direitos e regalias gerais)

1. [...].
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...];
 - e) [...];
 - f) [...];
 - g) assistência médica e medicamentosa para si, cônjuge e dependentes a seu cargo, nos termos da legislação específica;
 - h) [...];
 - i) [...];

- j) [...];
- k) [...];
- l) [...];
- m) [...];
- n) [...];
- o) [...];
- p) [...].

2. [...].

ARTIGO 96

(Prazo de prescrição)

1. O direito de instaurar processo disciplinar prescreve passados três anos, contados a partir da data da ocorrência dos factos em que se baseia.
2. Suspende o prazo de prescrição a instauração do processo disciplinar, de inquérito, de sindicância, de averiguação, de auditoria ou inspecção judicial, mesmo que não tenha sido instaurado procedimento disciplinar contra o magistrado a quem a prescrição aproveita.
3. Constituindo a infracção disciplinar simultaneamente infracção criminal, o direito de instaurar o procedimento disciplinar prescreve no prazo previsto em legislação penal para a prescrição do procedimento criminal.
4. As penas disciplinares prescrevem nos prazos seguintes, contados da data em que a decisão se torna inimpugnável:
 - a) seis meses para a pena de multa;
 - b) um ano para as penas de despromoção, transferência compulsiva e inactividade;
 - c) quatro anos para as penas de aposentação compulsiva, demissão e expulsão.

ARTIGO 108

(Defesa do arguido)

1. O arguido tem o prazo de 20 dias, a contar da data da recepção da acusação, para apresentar, querendo, a sua defesa de forma escrita ou oral, devendo esta última ser reduzida a escrito que é lida na presença de duas testemunhas e assinado por todos os intervenientes.
2. Com a defesa, o arguido pode indicar testemunhas, juntar documentos ou requerer diligências, não podendo ser oferecidas mais de três testemunhas para cada facto.
3. A não apresentação da defesa ou a sua apresentação fora do prazo previsto no número 1 do presente artigo implica a confissão dos factos imputados ao arguido na acusação, excepto quando sobre os mesmos não seja admissível a confissão ou resultem contraditados pelos documentos que constituem o processo disciplinar.

ARTIGO 110

(Prazo da decisão)

A decisão final, devidamente fundamentada, deve ser proferida no prazo máximo de 12 meses, contados da data de recepção do Processo Disciplinar na Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 116

(Prazo)

1. O prazo para as reclamações e a interposição de recurso conta-se desde a data da publicação da deliberação, quando seja obrigatória, ou da notificação, conhecimento ou início de execução da deliberação, nos restantes casos.

2. O prazo para interposição de recurso no Plenário do Tribunal Administrativo é o previsto na Lei do Processo Administrativo Contencioso e o prazo para as reclamações é o previsto no Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado.

ARTIGO 130

(Duração do mandato e tomada de posse)

1. À excepção do Presidente e Vice-Presidente, cujos mandatos são regulados nos termos da Lei de Organização Judiciária, integrando o Conselho por inerência de funções, os restantes membros exercem o seu mandato por um período de cinco anos, renovável uma única vez, contados da data de tomada de posse, podendo ser reeleitos ou designados após interrupção por cinco anos.

2. Com excepção do Presidente e do Vice-Presidente, os demais membros do Conselho são empossados pelo Presidente deste órgão, em reunião designada para esse efeito.

3. Findo o mandato, os membros cessantes mantêm-se em funções até à tomada de posse do novo corpo do Conselho.

SECÇÃO II

Processo Eleitoral dos Juízes e Oficiais de Justiça

ARTIGO 131

(Requisitos para eleição)

1. São eleitos para o Conselho Superior da Magistratura Judicial os magistrados e os oficiais de justiça que:

- a) sejam de nomeação definitiva;
- b) estejam em efectividade de funções ou em exercício de comissão de serviço judicial, com excepção da alínea b) do número 1 do artigo 36 do presente Estatuto;
- c) não tenham sido punidos, nos dois últimos anos, com pena superior à de multa;
- d) tenham tido classificação mínima de *Bom* nas duas últimas avaliações de desempenho profissional.

2. No caso de magistrado judicial que esteja a exercer as funções de Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial ou do Tribunal Supremo, deve optar entre ser membro daquele órgão ou manter-se em exercício daquela função.

ARTIGO 132

(Comissão eleitoral)

1. Para a efectivação da eleição dos membros referidos na alínea e), do número 1 e 3 do artigo 129 do presente Estatuto, funciona junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial uma Comissão Eleitoral composta pelos seguintes membros, designados pelo Presidente daquele órgão:

- a) um Juiz Conselheiro;
- b) dois Juízes Desembargadores;
- c) três Juízes de Direito A ou B;
- d) três Juízes de Direito C ou D;
- e) dois Secretários Judiciais;
- f) dois Escrivães de Direito.

2. A Comissão Eleitoral é presidida pelo Juiz Conselheiro designado.

3. A Comissão Eleitoral deve ser constituída seis meses antes do fim do mandato dos membros em exercício.

4. Os membros da Comissão Eleitoral devem ser coadjuvados no exercício das suas actividades por funcionários do sistema judicial, a designar pelo Presidente daquele órgão, sendo o perfil e respectivos requisitos objecto de regulamentação.

ARTIGO 137

(Fiscalização e homologação)

Compete ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial assegurar a fiscalização do processo eleitoral, decidir sobre os recursos que tiverem sido apresentados e homologar os resultados finais da eleição.

SECÇÃO IV

Direitos e Regalias dos Membros

ARTIGO 144

(Direitos e regalias dos membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial)

1. [...].
2. Os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial têm ainda direito a:
 - a) [...].
 - b) [...].
 - c) [...].
 - d) isenção de direitos aduaneiros na importação de viatura, nos termos da lei.”

ARTIGO 2

(Aditamento)

São aditados os artigos 17-A, 17-B, 17-C, 84-A, 110-A, 130-A, 131-A, 131-B, 132-A, 132-B, 132-C, 137-A e 137-B, no Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro e Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto, com a seguinte redacção:

“ARTIGO 17 A

(Mérito em relação aos juristas)

1. Em relação aos juristas constituem elementos evidenciadores de mérito:
 - a) classificações ou informações de serviço, respeitantes aos últimos cinco anos;
 - b) o grau académico em Direito;
 - c) a actividade científica realizada;
 - d) a actividade de docência em Direito;
 - e) a actividade desenvolvida no âmbito forense;
 - f) a falta de registo disciplinar;
 - g) outros factores que abonem a idoneidade dos concorrentes para a vaga a prover.

2. Em relação ao exercício de actividade de docência universitária ou forense, as classificações ou informações referidas na alínea a), do número 1 do presente artigo são fornecidas pelas instituições de vinculação ou de filiação associativa dos candidatos.

ARTIGO 17 B

(Causas impeditivas para admissão ao concurso)

- Constituem causas impeditivas de admissão ao concurso:
- a) ter sido demitido ou expulso do Aparelho do Estado;
 - b) ter sido proibido de exercer a advocacia.

ARTIGO 17 C

(Composição do júri, critérios de avaliação e factores de ponderação)

A composição do júri, os critérios avaliativos e os correspondentes factores de ponderação e a respectiva escala valorimétrica são estabelecidos no Regulamento do Concurso a aprovar pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 84 A

(Pena de multa)

1. A pena de multa é aplicável nos casos de negligência ou desinteresse pelo cumprimento dos deveres profissionais e, ainda, nos casos de desvio de aplicação, devidamente comprovado.

2. Para efeitos do presente Estatuto, entende-se por desvio de aplicação a utilização de recursos públicos para fins institucionais, diversos daqueles a que se encontrem legalmente destinados.

ARTIGO 110 A

(Devolução dos autos e realização de diligências complementares)

1. Apresentado o relatório final pelo instrutor, o Conselho Superior da Magistratura Judicial pode devolver os autos ao instrutor para realização de diligências complementares, que repute necessárias, ou para a sanção e correcção das nulidades e irregularidades supráveis que forem constatadas.

2. Quando das diligências referidas no número 1 do presente artigo resultarem factos novos, é deduzida uma nova acusação contra o arguido, sem prejuízo dos actos já praticados, devendo, a partir da nova acusação, o processo seguir os normais termos até final.

3. O Conselho Superior da Magistratura Judicial pode, ainda, indicar um novo instrutor para o processo disciplinar, caso se justifique.

ARTIGO 130 A

(Perda de mandato)

1. Os membros do Conselho eleitos pelos magistrados judiciais e pelos oficiais de justiça perdem o mandato nos seguintes casos:

- a) jubilação, aposentação, demissão ou expulsão, ou quando, por qualquer outro motivo, cessem ou suspendam o exercício efectivo de funções, por iniciativa própria ou em resultado de exercício de funções em comissão de serviço de natureza não judicial;
- b) renúncia devidamente fundamentada.

2. Não constitui causa de perda de mandato a promoção de um membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial para categoria superior.

3. Exceptuadas as situações previstas na alínea a), do número 1 do presente artigo, os membros, em relação aos quais se verifique causa de perda de mandato, mantêm-se em funções até à tomada de posse de novos membros.

4. Os membros eleitos pelos magistrados judiciais ou oficiais de justiça que percam o mandato nos termos do número 1 do presente artigo são substituídos pelos primeiros candidatos suplentes, que constam das respectivas listas, com excepção dos Juizes Conselheiros em que a substituição incida sobre o candidato que tiver ficado em segundo lugar.

5. Os membros do Conselho nomeados pelo Presidente da República ou eleitos pela Assembleia da República perdem o mandato quando sejam substituídos pelo órgão que os nomeou ou elegeu, quando renunciem ao cargo ou sejam nomeados para outras funções superiores do Estado.

ARTIGO 131 A

(Princípio geral relativo à eleição)

Os magistrados judiciais elegem e são eleitos na categoria ou classe a que pertencem.

ARTIGO 131 B

(Incompatibilidade)

Os candidatos a membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial não podem integrar a Comissão Eleitoral.

ARTIGO 132 A

(Quórum)

1. Para que a Comissão Eleitoral delibere validamente, devem estar presentes metade dos membros, mais um.

2. As deliberações são tomadas por unanimidade ou por maioria simples dos membros presentes.

ARTIGO 132 B

(Organização do processo eleitoral)

O processo organiza-se em 11 círculos eleitorais, que funcionam, respectivamente, junto dos seguintes tribunais: Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, Tribunal Judicial da Província de Maputo, Tribunal Judicial da Província de Gaza, Tribunal Judicial da Província de Inhambane, Tribunal Judicial da Província de Manica, Tribunal Judicial da Província de Sofala, Tribunal Judicial da Província de Tete, Tribunal Judicial da Província da Zambézia, Tribunal Judicial da Província de Nampula, Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado e Tribunal Judicial da Província de Niassa.

ARTIGO 132 C

(Regulamentação)

Os demais aspectos atinentes ao processo eleitoral, nomeadamente candidaturas, votação e apuramento de resultados, entre outros, são objecto de regulamentação pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 137 A

(Reclamações e recursos)

1. Das deliberações da Comissão Eleitoral cabe reclamação para o presidente deste órgão a apresentar no prazo de 24 horas, a contar da data da sua publicação.

2. As reclamações serão decididas pela Comissão Eleitoral no prazo de 24 horas, sendo delas notificado o reclamante.

3. Das deliberações sobre reclamações, cabe recurso para o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, a intentar no prazo de 48 horas, a contar da data da respectiva notificação.

4. O Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial decidirá sobre o recurso, em última instância, em prazo não superior a 48 horas.

5. Os recursos têm efeito suspensivo.

ARTIGO 137 B

(Publicação do mapa de apuramento definitivo)

O mapa de apuramento definitivo dos resultados eleitorais, uma vez estes homologados, é publicado em *Boletim da República*.”

ARTIGO 3

(Revogação)

São revogados os artigos 133, 134, 135 e 136, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto.

ARTIGO 4

(Republicação)

É republicado, em anexo, o Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 11 de Março, alterado e revisto pela Lei n.º 3/2011, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 8/2018, de 27 de Agosto.

ARTIGO 5

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 5 de Agosto de 2024

A Presidente da Assembleia da República, *Esperança Laurinda Francisco Nheuane Bias*.

Promulgada, aos 22 de Agosto de 2024.

Publique-se.

O Presidente da República, FILIPE JACINTO NYUSI.

Republicação do Estatuto dos Magistrados Judiciais

CAPÍTULO I

Princípios Gerais

ARTIGO 1

(Âmbito de aplicação)

1. As disposições do presente Estatuto aplicam-se a todos os magistrados judiciais, qualquer que seja a situação em que se encontrem.

2. O Estatuto aplica-se, igualmente, com as necessárias adaptações, aos magistrados judiciais que estejam em exercício de funções por contrato ou por provimento em regime especial.

ARTIGO 2

(Composição da Magistratura Judicial)

Constituem a Magistratura Judicial os juizes profissionais do Tribunal Supremo e dos demais tribunais judiciais definidos por lei.

ARTIGO 3

(Função da Magistratura Judicial)

1. É função da Magistratura Judicial aplicar a lei, administrar a justiça e fazer executar as suas decisões.

2. Os magistrados judiciais não podem abster-se de julgar com fundamento na falta, obscuridade ou ambiguidade da lei ou em dúvida insanável sobre o caso em litígio, desde que este deva ser juridicamente regulado.

3. O dever de obediência à lei não pode ser afastado sob pretexto de ser injusto ou imoral o conteúdo do preceito legislativo.

ARTIGO 4

(Independência)

Os magistrados judiciais julgam apenas segundo a Constituição, a lei e a sua consciência, não estando sujeitos à ordens ou instruções, salvo o dever de acatamento pelos tribunais inferiores das decisões proferidas, em via de recurso, pelos tribunais superiores.

ARTIGO 5

(Irresponsabilidade)

Os magistrados judiciais não podem ser responsabilizados pelos seus julgamentos e decisões, excepto nos casos especialmente previstos na lei.

ARTIGO 6

(Inamovibilidade)

Os magistrados judiciais não podem ser transferidos, suspensos, promovidos, aposentados, demitidos ou por qualquer forma mudados de situação, senão nos casos previstos neste Estatuto.

ARTIGO 7

(Garantias de imparcialidade)

É vedado aos magistrados judiciais intervir em processos nos quais participe, como magistrado ou funcionário de justiça, pessoa a que se encontrem ligados por casamento, comunhão de vida, parentesco ou afinidade em qualquer grau da linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral.

CAPÍTULO II

Perfil e Carreira dos Magistrados Judiciais

ARTIGO 8

(Requisitos para o ingresso na carreira da Magistratura Judicial)

São requisitos para a nomeação como magistrado judicial:

- ser cidadão moçambicano;
- ter idade igual ou superior a 25 anos;
- ser licenciado em Direito;
- ter frequentado e sido aprovado em curso específico de ingresso reconhecido pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- satisfazer os demais requisitos estabelecidos na Lei para o ingresso na Função Pública.

ARTIGO 9

(Carreira da Magistratura Judicial)

1. A carreira da Magistratura Judicial integra as seguintes categorias ou classes:

- Juiz Conselheiro;
- Juiz Desembargador;
- Juiz de Direito A;
- Juiz de Direito B;
- Juiz de Direito C;
- Juiz de Direito D.

2. O ingresso na carreira da Magistratura Judicial efectiva-se na categoria de Juiz de Direito D, salvo se for indivíduo proveniente de outras magistraturas que ingressa na categoria correspondente à de origem, desde que tenha sido aprovado em curso específico de ingresso reconhecido pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

3. Às categorias correspondem ao exercício de funções em cada escalão do Tribunal Judicial, nos seguintes termos:

- Juiz Conselheiro – Tribunal Supremo;
- Juiz Desembargador – Tribunal Superior de Recurso;
- Juiz de Direito A e B – Tribunal Judicial de Província;
- Juiz de Direito C e D – Tribunal Judicial de Distrito.

4. Com referência ao disposto no número 1, do artigo 15 do presente Estatuto, os Juizes de Direito A que tenham sido promovidos a Juizes Desembargadores podem manter-se em exercício de funções no Tribunal Judicial de Província, pelo tempo que se mostrar necessário, julgando, apenas, em segunda instância.

ARTIGO 10

(Provimento provisório e definitivo)

1. Nos dois primeiros anos de exercício efectivo de funções, a nomeação é considerada provisória e tem carácter probatório.

2. Terminado o período referido no número 1 do presente artigo, o magistrado é nomeado definitivamente, se reunir informações de serviço favoráveis.

3. Se o magistrado não reunir informações de serviço favoráveis, o Conselho Superior da Magistratura Judicial determina a cessação imediata do seu vínculo com a Magistratura Judicial ou pode prorrogar o período probatório por apenas mais um ano.

4. Os direitos do magistrado provido a título definitivo retroagem à data da nomeação provisória.

5. O magistrado que não pretenda a nomeação definitiva deve declará-lo no prazo de 60 dias antes do fim do período de nomeação provisória.

ARTIGO 11

(Provimento por contrato)

1. O Conselho Superior da Magistratura Judicial pode contratar cidadãos que reúnam os requisitos previstos no artigo 8 do presente Estatuto, com excepção da alínea e), para o exercício da judicatura, por um período não superior a dois anos.

2. O provimento por contrato é, porém, precedido de concurso público.

ARTIGO 12

(Provimento em regime especial)

1. Nos casos de manifesta falta ou insuficiência de juízes de uma certa categoria para o preenchimento do quadro de um tribunal, podem aí ser colocados juízes de categoria inferior, a título interino e pelo período de três anos, por deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. Por falta de provimento do lugar, ou impedimento temporário do seu titular, o Conselho Superior da Magistratura Judicial pode designar, a título de substituto, um magistrado ou outra pessoa de reconhecido mérito e que reúna os requisitos para provimento na Função Pública, por período não superior a um ano, sendo, porém, permitida a prorrogação sucessiva em igual período.

3. Por ausência do titular por falta de provimento do lugar, o Conselho Superior da Magistratura Judicial pode designar um juiz para o exercício simultâneo da magistratura em duas secções ou jurisdições diferentes, por um período não superior a dois anos.

4. Os indivíduos designados nos termos do presente artigo têm as remunerações inerentes aos cargos a desempenhar, à excepção do disposto no número 3, do presente artigo, em que o nomeado percebe as remunerações correspondentes ao seu lugar no quadro, acrescidos de 25% do salário-base correspondente ao lugar que estiver a acumular.

5. O provimento em regime especial é de carácter precário e cessa logo que o Conselho Superior da Magistratura Judicial o entender, ou quando findarem as razões que o tiverem determinado, ou, ainda, decorrido o prazo legal.

6. Após a cessação das funções exercidas em regime especial de provimento, o nomeado regressa à sua situação anterior.

7. Completado o tempo previsto no número 1, do presente artigo, a nomeação interina converte-se automaticamente em promoção à categoria.

ARTIGO 13

(Promoção)

1. São promovidos a Juízes de Direito C, os Juízes de Direito D, com três anos de exercício na classe e classificação mínima de *Bom*.

2. São promovidos a Juízes de Direito B, os Juízes de Direito C, com três anos de exercício na classe, classificação mínima de *Bom* e aprovação em provas específicas.

3. São promovidos a Juízes de Direito A, os Juízes de Direito B, com três anos de exercício na classe e classificação mínima de *Bom*.

4. São promovidos a Juízes Desembargadores, os Juízes de Direito A, com três anos de exercício na classe e classificação mínima de *Bom*.

ARTIGO 14

(Concursos)

1. O ingresso na Magistratura Judicial e a promoção são sempre precedidos de concurso.

2. O aproveitamento em curso específico de ingresso é equiparado ao aproveitamento em concurso, desde que reunidos os demais requisitos legais.

ARTIGO 15

(Requisitos para promoção)

1. As promoções são sempre condicionadas à existência de vagas e disponibilidade orçamental, sendo que, para a categoria de Juiz de Direito B e de Juiz Desembargador são, ainda, condicionadas à aprovação em provas específicas.

2. As promoções são sempre por concurso documental, entre os candidatos que reúnam os requisitos legais.

3. Nos concursos tem-se sempre em conta a classificação em provas específicas, quando necessárias, a antiguidade dos candidatos por ordem decrescente de valência, as informações de serviço e outros elementos atendíveis.

4. Os magistrados judiciais de carreira que estejam em comissão de serviço de natureza judicial, ou em regime especial de provimento, podem candidatar-se a concursos de promoção e têm direito a ser imediatamente nomeados para a nova categoria, ainda que continuem na situação aqui referida.

5. Compete ao Conselho Superior da Magistratura Judicial regulamentar os processos de concurso à promoção, incluindo as provas específicas e os demais elementos atinentes à avaliação dos magistrados.

ARTIGO 16

(Provimento de Juízes Conselheiros e período de exercício de funções)

1. O provimento de vagas de Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, faz-se mediante concurso público de avaliação curricular, aberto aos magistrados e outros cidadãos de reputado mérito, licenciados em Direito, sob proposta do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. Podem concorrer para a vaga de Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, os magistrados judiciais, do Ministério Público e outros cidadãos nacionais, de reputado mérito e idoneidade cívica, todos licenciados em Direito, com pelo menos, 10 anos de actividade na carreira de docente universitário em Direito ou no exercício da advocacia, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.

3. Os Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo exercem funções até atingirem os limites de idade ou de tempo de serviço prestado ao Estado, nos termos do presente Estatuto, salvo quando ocorra alguma das outras situações previstas na lei geral.

ARTIGO 17

(Mérito dos magistrados)

Para efeitos do disposto no artigo 16 do presente Estatuto, o mérito dos magistrados judiciais e do Ministério Público é avaliado tomando-se em consideração os seguintes elementos:

- o nível de desempenho e a qualidade das decisões proferidas;
- a classificação de *Muito Bom* com *Distinção* ou de *Muito Bom*;
- ter sido distinguido com a atribuição de diploma de mérito;
- a falta de registo disciplinar;
- a publicação de trabalhos científicos no âmbito das ciências jurídicas de relevância para a actividade jurisdicional;

- f) formação continuada em matérias de interesse para a judicatura;
- g) obtenção do grau de mestrado ou doutoramento em Direito;
- h) actividade de docência em cursos de Direito;
- i) actividade de formação desenvolvida no âmbito da actividade dos tribunais;
- j) outros factores reveladores de elevação do nível de conhecimentos técnico-profissionais.

ARTIGO 17 A

(Mérito em relação aos juristas)

1. Em relação aos juristas constituem elementos evidenciadores de mérito:

- a) classificações ou informações de serviço, respeitantes aos últimos cinco anos;
- b) o grau académico em Direito;
- c) a actividade científica realizada;
- d) a actividade de docência em Direito;
- e) a actividade desenvolvida no âmbito forense;
- f) a falta de registo disciplinar;
- g) outros factores que abonem a idoneidade dos concorrentes para a vaga a prover.

2. Em relação ao exercício de actividade de docência universitária ou forense, as classificações ou informações referidas na alínea a), do número 1 do presente artigo são fornecidas pelas instituições de vinculação ou de filiação associativa dos candidatos.

ARTIGO 17 B

(Causas impeditivas de admissão ao concurso)

Constituem causas impeditivas de admissão ao concurso:

- a) ter sido demitido ou expulso do Aparelho do Estado;
- b) ter sido proibido de exercer a advocacia.

ARTIGO 17 C

(Composição do júri, critérios de avaliação e factores de ponderação)

A composição do júri, os critérios avaliativos e os correspondentes factores de ponderação e a respectiva escala valorimétrica são estabelecidos no Regulamento do Concurso a aprovar pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 18

(Quotas)

No concurso de acesso ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, os juizes de carreira têm direito a, pelo menos, 50% das vagas disponíveis.

ARTIGO 19

(Abertura de concurso)

O Conselho Superior da Magistratura Judicial, por aviso publicado no *Boletim da República* e no jornal de maior circulação, declara aberto o concurso curricular de acesso ao cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, com antecedência mínima de 30 dias.

ARTIGO 20

(Competência para conferir posse)

Os magistrados judiciais tomam posse:

- a) os Juizes Conselheiros, perante o Presidente da República;

- b) os Juizes Presidentes dos Tribunais Superiores de Recurso e os Desembargadores, perante o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- c) os Juizes Presidentes dos Tribunais Judiciais de Província e os Juizes de Direito A e B, perante o Presidente do Tribunal Superior de Recurso da respectiva área de jurisdição;
- d) os Juizes Presidentes dos Tribunais Judiciais de Distrito e os Juizes de Direito C e D, perante o Presidente do Tribunal Judicial de Província da respectiva área de jurisdição.

ARTIGO 21

(Juramento)

No acto de tomada de posse, os magistrados judiciais prestam o seguinte juramento:

“Eu ... juro por minha honra aplicar fielmente a Constituição e demais leis em vigor e administrar a justiça com imparcialidade e isenção, no respeito pelos direitos dos cidadãos e na defesa dos superiores interesses do Estado moçambicano”.

ARTIGO 22

(Prazo para posse)

1. O prazo para a tomada de posse é de trinta dias a contar da data da publicação da nomeação no *Boletim da República*, sem prejuízo de prazo mais restrito fixado no acto de nomeação ou na lei.

2. Em casos justificados, o Conselho Superior da Magistratura Judicial pode prorrogar os prazos fixados no número 1 do presente artigo.

ARTIGO 23

(Falta ao acto de posse)

1. Quando se trate de primeira nomeação, a falta não justificada de posse dentro do prazo importa, sem dependência de qualquer formalidade, a revogação da nomeação e inabilita o faltoso a ser nomeado para o mesmo cargo nos dois anos subsequentes.

2. Nos demais casos, a falta não justificada de posse implica a impossibilidade de provimento em categoria ou função superior, durante três anos.

CAPÍTULO III

Colocações e Transferências

ARTIGO 24

(Factores a atender)

1. A colocação e transferência de juizes deve fazer-se com prevalência das necessidades de serviço e o mínimo prejuízo para a vida pessoal e familiar dos interessados.

2. Sem prejuízo do disposto no número 1 do presente artigo, constituem factores determinantes nas colocações e transferências a classificação de serviço e antiguidade, por ordem decrescente de preferência.

ARTIGO 25

(Tempo para a transferência)

Sem a sua anuência, os juizes não podem ser transferidos antes de decorridos três anos de exercício de funções na secção ou tribunal onde forem colocados, salvo em virtude de promoção, necessidade de serviço ou por motivos disciplinares.

ARTIGO 26

(Colocação a pedido)

Quando o juiz é colocado em determinada secção ou tribunal, a seu pedido, não pode solicitar a sua transferência antes de decorridos três anos de exercício no cargo.

ARTIGO 27

(Permutas)

Sem prejuízo de conveniência de serviço e de direitos de terceiros, são autorizadas permutas.

CAPÍTULO IV

Classificações

ARTIGO 28

(Classificação dos magistrados judiciais)

Os Juizes de Direito são classificados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, de acordo com o seu mérito, de *Muito Bom com Distinção, Muito Bom, Bom, Suficiente e Medíocre*.

ARTIGO 29

(Critérios e efeitos da classificação)

1. A classificação deve atender ao modo como os magistrados desempenham a função, à sua prestação técnica, capacidade intelectual e idoneidade cívica.

2. A classificação de *Medíocre* implica a suspensão do exercício de funções e a instauração de inquérito por inaptidão para esse exercício.

3. Se, em processo disciplinar instaurado com base no inquérito, se concluir pela inaptidão do magistrado, mas com a possibilidade da sua permanência na Função Pública, podem, a requerimento do interessado, substituir-se as penas de aposentação compulsiva ou demissão pela exoneração.

4. No caso previsto no número 3 do presente artigo, o processo, acompanhado de parecer fundamentado, é enviado ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial para efeitos de homologação e colocação do interessado em lugar adequado às suas aptidões.

5. A homologação do parecer pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, habilita o interessado para o ingresso em lugar compatível noutros serviços do Estado.

ARTIGO 30

(Classificação dos magistrados em comissão de serviço)

1. Os magistrados que se encontrem na situação prevista no artigo 34 são classificados como se estivessem em exercício activo.

2. Relativamente aos magistrados em comissão de serviço de natureza não judicial, considera-se sempre actualizada a última classificação.

3. Terminada a comissão de serviço e decorrido o prazo de seis meses de efectividade na função judicial, podem requerer nova classificação.

ARTIGO 31

(Periodicidade das classificações)

1. Os magistrados judiciais são classificados, pelo menos, de três em três anos.

2. Considera-se desactualizada a classificação atribuída há mais de três anos, salvo se a desactualização não for imputável ao magistrado ou este estiver abrangido pelo disposto no artigo 30 do presente Estatuto.

3. No caso de falta de classificação não imputável ao magistrado, presume-se a de *Bom*, excepto se o magistrado requerer inspecção, caso em que é realizada obrigatoriamente.

4. A classificação relativa ao serviço posterior desactualiza a referente ao serviço anterior.

ARTIGO 32

(Elementos a considerar)

1. Nas classificações são considerados os resultados de inspecções anteriores, inquéritos, sindicâncias ou processos disciplinares, tempo de serviço, trabalhos publicados na área do Direito, relatórios anuais e quaisquer elementos complementares que estejam em poder do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. São, igualmente, tidos em conta o volume de serviço a cargo do magistrado, as condições do trabalho e, quanto aos magistrados com menos de cinco anos de exercício, a circunstância de o serviço inspecionado ter sido prestado em tribunal ou lugar de acesso.

3. O magistrado é obrigatoriamente ouvido sobre o relatório da inspecção e pode fornecer os elementos que entender convenientes.

4. As considerações que o Inspector eventualmente produzir sobre a resposta do inspecionado não podem referir factos novos que o desfavoreçam e deles dá-se conhecimento ao inspecionado.

CAPÍTULO V

Comissões de Serviço

ARTIGO 33

(Comissão de serviço)

1. A comissão de serviço consiste na designação para o exercício de funções de direcção e chefia ou para lugares de confiança.

2. Os magistrados judiciais podem ser nomeados para o exercício de cargos em comissão de serviço, ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 34

(Comissão de serviço de natureza judicial)

1. São comissões de serviço de natureza judicial as respeitantes às situações ou funções de:

- a) Inspector Judicial;
- b) Magistrado do Ministério Público;
- c) Director e Docente da escola de formação de magistrados;
- d) Juiz em tribunal não judicial;
- e) Cargo de chefia ou de confiança no aparelho judicial;
- f) Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- g) Secretário-Geral do Tribunal Supremo;
- h) Assessores em tribunal judicial;
- i) Juiz Presidente de tribunal judicial ou de Secção.

2. O exercício de qualquer dos cargos referidos no número 1 do presente artigo é considerado, para todos os efeitos, como de efectivo serviço judicial.

3. Nos tribunais de ingresso, onde não existam juizes de nomeação definitiva, os cargos referidos na alínea i), do número 1 do presente artigo, podem ser exercidos por juizes de nomeação provisória.

4. Compete ao Conselho Superior da Magistratura Judicial definir os cargos indicados na alínea e), do número 1 do presente artigo.

ARTIGO 35

(Efeitos da comissão de serviço de natureza não judicial)

O período de tempo prestado em comissão de serviço de natureza não judicial não é considerado para efeitos de antiguidade na respectiva categoria.

CAPÍTULO VI

Incompatibilidades, Deveres, Direitos e Regalias

SECÇÃO I

Incompatibilidades

ARTIGO 36

(Incompatibilidades)

Os magistrados judiciais em exercício não podem desempenhar quaisquer outras funções públicas ou privadas, excepto a actividade de docente ou de investigação jurídica ou outra de divulgação e publicação científica, literária, artística e técnica, mediante prévia autorização do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 37

(Actividade política)

É vedado aos magistrados judiciais o exercício de cargos partidários e de militância activa em partidos políticos, bem como a proferição pública de declarações de carácter político.

ARTIGO 38

(Exercício de advocacia)

Os magistrados judiciais não podem exercer advocacia, a não ser em causa própria, do seu cônjuge, ascendente ou descendente.

SECÇÃO II

Deveres

ARTIGO 39

(Deveres especiais)

1. Os magistrados judiciais estão sujeitos aos deveres gerais previstos na lei.

2. Os magistrados judiciais têm, ainda, em especial, os seguintes deveres deontológicos:

- a) desempenhar a sua função com honestidade, seriedade, imparcialidade e dignidade;
- b) guardar segredo profissional nos termos da lei;
- c) comportar-se na vida pública e privada de acordo com a dignidade e o prestígio do cargo que desempenham;
- d) tratar com urbanidade e respeito os intervenientes nos processos, nomeadamente, o representante do Ministério Público, os profissionais do fórum e os funcionários;
- e) comparecer pontualmente às diligências marcadas;
- f) abster-se de manifestar por qualquer meio, opinião sobre o processo pendente de julgamento ou de decisão, ou juízo sobre despachos, pareceres, votos ou sentenças de órgãos judiciais ou do Ministério Público, ressalvada a crítica nos autos no exercício de judicatura ou em obras técnicas;
- g) abster-se de aconselhar ou instruir as partes, em qualquer litígio e sob qualquer pretexto, salvo nos casos permitidos pela lei processual.

ARTIGO 40

(Domicílio necessário)

Os magistrados judiciais não podem residir fora da sede da área onde se situa o tribunal em que exercem funções, salvo em casos devidamente justificados e fundamentados, mediante autorização prévia do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 41

(Ausências)

1. Os magistrados judiciais não podem ausentar-se da área de jurisdição do tribunal em que exercem funções, sem prévia autorização do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. Exceptuam-se do número 1 do presente artigo as ausências em exercício de funções, por motivo de licença ou nas férias, fins-de-semana e feriados.

3. Em caso ponderoso de extrema urgência que não permita a obtenção prévia de autorização, o magistrado deve comunicar e justificar a ausência ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, o mais cedo possível e pela via mais rápida.

4. A ausência nos fins-de-semana e feriados não pode prejudicar a realização de serviço urgente.

5. A ausência ilegítima, além da responsabilidade disciplinar, acarreta perda de vencimento durante o período em que ela se tenha verificado.

6. Em caso de ausência, o magistrado deve indicar o local onde pode ser encontrado.

ARTIGO 42

(Traje profissional)

1. Os magistrados judiciais devem usar beca nos actos judiciais solenes, nomeadamente nas audiências de discussão e julgamento, conferências e audiências preparatórias, bem como nas cerimónias ou actos públicos solenes ligados à magistratura.

2. O modelo de beca é aprovado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

SECÇÃO III

Direitos e Regalias

ARTIGO 43

(Direitos e regalias gerais)

1. Os magistrados judiciais em efectividade de funções gozam, ainda, dos seguintes direitos e regalias:

- a) serem tratados com a deferência que a função exige;
- b) fórum especial em causas criminais em que sejam arguidos e nas acções de responsabilidade civil por factos praticados no exercício das suas funções ou por causa delas;
- c) uso e porte de arma de defesa fornecida pelo Estado;
- d) cartão especial de identificação, de modelo a ser aprovado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- e) livre-trânsito nas gares, cais de embarque, aeroportos e demais lugares públicos de acesso condicionado, na área da sua jurisdição, mediante simples exibição do cartão especial de identificação;
- f) protecção especial para a sua pessoa, cônjuge, descendentes e bens, sempre que ponderosas razões de segurança o exijam;
- g) assistência médica e medicamentosa para si, cônjuge e dependentes a seu cargo, nos termos da legislação específica;
- h) participação emolumentar fixa em montante a determinar pelo Governo;

- i) alojamento condigno, devidamente mobilado, fornecido gratuitamente pelo Estado ou, na sua falta, subsídio de renda de casa de montante a fixar pelo Governo, sendo as despesas de água e electricidade suportadas pelo Estado, em ambos os casos;
 - j) subsídio de compensação de montante a fixar pelo Governo, quando resida em casa própria;
 - k) viatura de afectação pessoal;
 - l) passaporte de serviço;
 - m) seguro de vida e de incapacidade;
 - n) uso pessoal de viatura de serviço, quando tal se mostre necessário;
 - o) subsídios de exclusividade e de risco em montante a fixar pelo Governo;
 - p) quaisquer outros direitos consagrados na lei.
2. Aos magistrados judiciais que não se encontrem em exercício efectivo de funções são reconhecidos os direitos referidos no número 1, do presente artigo, com excepção dos constantes das alíneas e), f), h), l), n), o) e p).

ARTIGO 43 A

(Aquisição de viatura de afectação pessoal)

1. O magistrado judicial em exercício de funções goza de isenção de direitos aduaneiros na importação de um veículo automóvel, para uso pessoal, em cada cinco anos.

2. O veículo adquirido nos termos do número 1, do presente artigo, não pode ser alienado, transferido ou cedido a outrem, antes de decorridos cinco anos sobre a data de concessão da isenção, sob pena de pagamento dos direitos aduaneiros devidos.

3. Não é considerada cedência a outrem, a utilização ocasional do veículo pelo cônjuge, descendentes, irmãos ou ascendentes do magistrado judicial beneficiário da isenção.

ARTIGO 43 B

(Licença sabática)

O magistrado judicial que perfaça 10 anos de exercício na carreira tem direito à licença sabática, nos termos a regulamentar pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 44

(Direitos especiais dos Juizes Desembargadores)

Os Juizes Desembargadores, têm, ainda, direito a:

- a) viatura protocolar;
- b) passaporte diplomático para si, cônjuge e filhos menores;
- c) subsídio de representação;
- d) passagens em classe executiva.

ARTIGO 45

(Direitos especiais dos Juizes Conselheiros)

1. Os Juizes Conselheiros, têm, ainda, direito a:

- a) viatura protocolar;
- b) passaporte diplomático para si, cônjuge e filhos menores;
- c) subsídio de representação;
- d) passagens em classe executiva.

2. Os Juizes Conselheiros, gozam, em geral, das honras, regalias e precedências próprias de membros de um órgão central de soberania.

ARTIGO 46

(Honras e regalias do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Supremo)

O Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Supremo têm o tratamento adequado à sua posição de titulares de um órgão central de soberania.

ARTIGO 47

(Títulos)

Os Juizes Conselheiros e Desembargadores têm o título de “Venerando”, recebendo o tratamento de “Excelência”, e os Juizes de Direito o título de “Meritíssimo”, merecendo o tratamento de “Exmo. Senhor”.

ARTIGO 48

(Prisão preventiva)

1. Os magistrados judiciais não podem ser presos ou detidos sem culpa formada, salvo em flagrante delito e se ao crime couber a pena de prisão maior.

2. Em causas criminais em que sejam arguidos magistrados judiciais, e nos termos processuais, a legalização da sua prisão é feita por um juiz de instância imediatamente superior àquela em que se encontram colocados, e os autos são instruídos por um procurador que representa o Ministério Público junto desta instância.

3. No cumprimento de detenção ou prisão, o magistrado judicial deve ser recolhido em estabelecimento penitenciário especial ou em regime de separação dos restantes detidos ou presos.

4. A busca na residência do magistrado é, sob pena de nulidade, presidida pessoalmente pelo Juiz de instrução criminal competente ou pelo juiz da causa, conforme a fase em que se tenha ordenado a diligência.

ARTIGO 49

(Intimação para comparência)

1. Os magistrados judiciais não podem ser intimados para comparecer ou prestar declarações perante qualquer autoridade, sem prévio consentimento do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. O pedido da entidade solicitante deve ser dirigido por escrito e devidamente fundamentado.

3. Os magistrados judiciais gozam da prerrogativa de serem inquiridos na sede do tribunal em que exercem funções ou noutra local que se mostrar conveniente.

ARTIGO 50

(Remuneração dos magistrados judiciais)

1. O Estado garante a independência económica dos magistrados judiciais, mediante uma remuneração adequada à dignidade das suas funções.

2. O regime de remuneração referido no número 1 do presente artigo é fixado por diploma legal, tendo em conta a especificidade da função judicial, a categoria e tempo de serviço prestado pelo magistrado.

ARTIGO 51

(Diuturnidade especial)

Na data em que perfazem três, sete, doze e dezoito anos de serviço efectivo, os magistrados judiciais recebem diuturnidades especiais correspondentes a dez por cento do vencimento líquido, estas diuturnidades consideram-se, para todos os efeitos, sucessivamente incorporadas no vencimento.

ARTIGO 52

(Licença disciplinar)

O magistrado judicial tem direito a 30 dias de licença disciplinar, de acordo com o plano que tiver sido aprovado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 53

(Direito de associação)

Os magistrados judiciais gozam da liberdade de associação para defesa dos seus interesses profissionais, a qual é exercida nos termos e condições definidos por lei.

CAPÍTULO VII

Exoneração

ARTIGO 54

(Exoneração a pedido)

1. A exoneração a pedido do magistrado é autorizada em casos devidamente justificados, mediante pré-aviso de 60 dias.

2. A exoneração só produz efeitos a partir do conhecimento do despacho de deferimento.

ARTIGO 55

(Reclamação por falta de deliberação)

Esgotado o prazo referido no número 1 do artigo 54 do presente Estatuto sem que tenha sido proferida a decisão, o magistrado requerente pode reclamar para o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 56

(Deferimento tácito)

A reclamação considera-se deferida quando, no prazo de 30 dias a contar da data da sua apresentação, o requerente não tiver sido notificado da decisão.

CAPÍTULO VIII

Aposentações e Jubilação

ARTIGO 57

(Aposentação)

Têm direito à aposentação os magistrados judiciais, seja qual for a forma de provimento ou a natureza de prestação de serviço:

- a) com 35 anos de serviço e que tenham satisfeito, ou venham a satisfazer, os encargos para a pensão de aposentação;
- b) que tenham 60 ou 55 anos de idade, consoante sejam do sexo masculino ou feminino, respectivamente, e, pelo menos, 15 anos de serviço;
- c) no mais, à aposentação dos magistrados judiciais, aplicam-se os princípios e as regras legalmente estabelecidos para a Função Pública.

ARTIGO 57 A

(Aposentação obrigatória)

A aposentação é obrigatória quando se verifique por limite de idade, por determinação da lei ou por incapacidade para o exercício da função.

ARTIGO 57 B

(Limite de idade)

Para efeitos de aposentação obrigatória, o limite de idade é fixado em 70 anos para os homens e mulheres, podendo ser prorrogado anualmente pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, por interesse do serviço, mediante avaliação de desempenho e parecer favorável da Junta de Saúde, até ao máximo de cinco anos.

ARTIGO 58

(Aposentação por incapacidade)

1. Mediante atestado da Junta Nacional de Saúde e decisão do Conselho Superior da Magistratura Judicial, os magistrados judiciais podem ser aposentados quando, por debilidade ou diminuição das suas faculdades físicas ou intelectuais manifestadas no exercício da função, não possam continuar nesta sem grave transtorno da administração da justiça.

2. Nos casos previstos no número 1 do presente artigo, se o magistrado judicial tiver menos de 15 anos de serviço, aguarda no quadro o tempo necessário para completar aquele período, fora do exercício, mas com a parte de remuneração que lhe for atribuída, sendo depois aposentado.

ARTIGO 59

(Jubilação)

1. O magistrado judicial que se aposentar por motivos de natureza não disciplinar pode requerer ao Conselho Superior da Magistratura Judicial que seja considerado jubilado.

2. O magistrado jubilado continua vinculado às mesmas incompatibilidades e deveres estatutários e ligado ao tribunal de que fazia parte, goza dos títulos, honras e imunidades correspondentes à sua categoria e pode assistir de traje profissional às cerimónias solenes que se realizem no referido tribunal, tomando lugar à direita dos magistrados no activo.

3. É extensivo ao magistrado jubilado o disposto nas alíneas a), b), c), d), e), f), g), l), m), n) e o) do artigo 43, do presente Estatuto.

3A. O magistrado jubilado mantém os vencimentos integrais, incluindo a diuturnidade especial, os subsídios de exclusividade e de risco, e o direito ao bónus especial.

4. Para além dos direitos consagrados nos números anteriores, o juiz jubilado do Tribunal Supremo goza dos mesmos direitos e das mesmas regalias atribuídas aos membros aposentados ou reformados dos outros órgãos de soberania.

5. O magistrado judicial jubilado pode requerer ao Conselho Superior da Magistratura Judicial que seja considerado aposentado nos termos gerais da Função Pública.

6. Ao magistrado aposentado, mas não jubilado, não se aplica o disposto nos números 2 e 3, do presente artigo, estando sujeito ao regime geral aplicável aos aposentados ou reformados da Função Pública.

ARTIGO 60

(Contagem de tempo)

Para efeitos do disposto no artigo 57 do presente Estatuto, conta para a aposentação o tempo de serviço prestado ao Estado antes do ingresso na magistratura judicial.

CAPÍTULO IX

Da responsabilidade disciplinar

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 61

(Infracção disciplinar)

Constituem infracção disciplinar os factos, ainda que meramente culposos, praticados pelos Magistrados Judiciais com violação dos deveres profissionais, e os actos ou omissões da sua vida pública, ou que nela se repercutam, incompatíveis com o decoro e a dignidade indispensável ao exercício das suas funções.

ARTIGO 62

(Sujeição à jurisdição disciplinar)

1. A exoneração ou mudança de situação não impede a punição por infracções cometidas durante o exercício da função.

2. Nos casos de exoneração, o magistrado cumpre a pena se voltar à actividade.

ARTIGO 63

(Autonomia da jurisdição disciplinar)

1. O procedimento disciplinar é independente do procedimento criminal.

2. Quando em processo disciplinar se apure a existência de indícios de infracção criminal, dá-se imediato conhecimento ao Conselho Superior da Magistratura Judicial.

SECÇÃO II

Penas

Subsecção I

Espécies de penas

ARTIGO 64

(Escala de penas)

1. Os magistrados judiciais estão sujeitos às seguintes penas:

- a) advertência;
- b) repreensão registada;
- c) multa;
- d) despromoção;
- e) transferência compulsiva;
- f) inactividade;
- g) aposentação compulsiva;
- h) demissão;
- i) expulsão.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as penas aplicadas são sempre registadas.

3. A pena prevista na alínea a), do número 1 do presente artigo pode ser aplicada independentemente de processo, mas com audiência do infractor, e não está sujeita a registo.

ARTIGO 65

(Pena de advertência)

A pena de advertência consiste em admoestação ou mero reparo pela irregularidade praticada.

ARTIGO 66

(Pena de repreensão registada)

A pena de repreensão registada consiste em censura reduzida a escrito, feita pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 67

(Pena de multa)

A pena de multa é fixada em dias, no mínimo de três e no máximo de 30.

ARTIGO 68

(Pena de despromoção)

A pena de despromoção consiste na descida de uma a duas categorias abaixo daquela a que o infractor pertence, pelo período de três meses a dois anos.

ARTIGO 69

(Pena de transferência compulsiva)

A pena de transferência compulsiva consiste na colocação do magistrado em cargo da mesma categoria em tribunal diferente daquele em que anteriormente exercia funções, pelo período de três meses a dois anos.

ARTIGO 70

(Pena de inactividade)

A pena de inactividade consiste no afastamento completo do serviço durante um período determinado, não inferior a 30 dias nem superior a um ano.

ARTIGO 71

(Pena de aposentação compulsiva)

A pena de aposentação compulsiva consiste na imposição da aposentação.

ARTIGO 72

(Pena de demissão)

A pena de demissão consiste no afastamento do magistrado, com cessação de todos os vínculos com a função.

ARTIGO 73

(Pena de expulsão)

A pena de expulsão consiste no afastamento definitivo do magistrado, com cessação de todos os vínculos com a função e perda de todos os direitos adquiridos no seu exercício.

Subsecção II

Efeitos das penas

ARTIGO 74

(Efeitos das penas)

As penas disciplinares produzem, além dos que lhe são próprios, os efeitos referidos nos artigos seguintes.

ARTIGO 75

(Pena de repreensão registada)

A pena de repreensão registada é averbada no processo individual do magistrado e constitui informação do seu curriculum.

ARTIGO 76

(Pena de multa)

A pena de multa implica o desconto no vencimento do magistrado da importância correspondente ao número de dias aplicados.

ARTIGO 77

(Pena de despromoção)

A pena de despromoção implica a redução do salário, passando este a ser o correspondente ao da categoria para a qual o infractor tiver sido despromovido.

ARTIGO 78

(Pena de transferência compulsiva)

A pena de transferência compulsiva implica a perda de um ano de antiguidade.

ARTIGO 79

(Pena de inactividade)

1. A pena de inactividade implica a perda de tempo correspondente à sua duração para efeitos de remunerações, antiguidade e aposentação.

2. Se a pena aplicada for igual ou inferior a 90 dias implica, ainda, além dos efeitos previstos no número 1 do presente artigo, o previsto na alínea *b*), do número 3, do presente artigo, quando o magistrado punido não possa manter-se no meio em que exerce funções sem quebra do prestígio que lhe é exigido, o que consta da decisão disciplinar.

3. Se a pena aplicada for superior a 90 dias pode implicar, ainda, além dos efeitos previstos no número 1, do presente artigo:

- a*) a impossibilidade de promoção ou acesso durante um ano, contado do termo do cumprimento da pena;
- b*) a transferência para cargo idêntico em tribunal diferente daquele em que o magistrado exercia funções na data da prática da infracção;
- c*) a aplicação da pena de inactividade não prejudica o exercício dos restantes direitos previstos no artigo 43 do presente Estatuto.

ARTIGO 80

(Pena de aposentação compulsiva)

A pena de aposentação compulsiva implica a imediata desvinculação do serviço e a perda dos direitos e regalias referidos pelo presente Estatuto, sem prejuízo do direito às pensões fixadas por lei.

ARTIGO 81

(Pena de demissão)

1. A pena de demissão implica a perda da condição de magistrado conferida pelo presente Estatuto e dos correspondentes direitos.

2. A mesma pena, excepto no caso de abandono do lugar, não implica a perda do direito à aposentação, nos termos e condições estabelecidos na lei, nem impossibilita o magistrado de exercer quaisquer outros cargos que possam ser exercidos sem que o seu titular reúna as particulares condições de dignidade exigidas para o cargo de que foi demitido.

ARTIGO 82

(Pena de expulsão)

A pena de expulsão implica a impossibilidade de ser provido em quaisquer funções ou cargos no Estado.

ARTIGO 83

(Promoção de magistrados arguidos)

1. Durante a pendência do processo disciplinar ou criminal, o magistrado é graduado para promoção ou acesso, mas estes suspendem-se quanto a ele, reservando-se a respectiva vaga até decisão final.

2. Se o processo for arquivado, a decisão condenatória revogada ou aplicada uma pena que não prejudique a promoção ou acesso, o magistrado é promovido ou nomeado e vai ocupar o seu lugar na lista de antiguidade, com direito a receber as diferenças de remuneração ou, se houver de ser preterido, completa-se o movimento em relação à vaga que lhe havia ficado reservada.

Subsecção III

Aplicação das penas

ARTIGO 84

(Pena de advertência)

A pena de advertência é aplicável a faltas leves que não devam passar sem reparo.

ARTIGO 84 A

(Pena de multa)

1. A pena de multa é aplicável nos casos de negligência ou desinteresse pelo cumprimento dos deveres profissionais e, ainda, nos casos de desvio de aplicação, devidamente comprovado.

2. Para efeitos do presente Estatuto, entende-se por desvio de aplicação a utilização de recursos públicos para fins institucionais, diversos daqueles a que se encontrem legalmente destinados.

ARTIGO 85

(Pena de repreensão registada)

A pena de repreensão registada é aplicável a faltas de pequena gravidade, que sejam susceptíveis de causar perturbação no exercício das funções ou de nele se repercutirem de forma incompatível com a dignidade que lhe é exigível.

ARTIGO 86

(Pena de despromoção)

A pena de despromoção é aplicável nos casos de incompetência profissional culposa, violação reiterada de normas de procedimento e cometimento de erros técnicos graves.

ARTIGO 87

(Pena de transferência compulsiva)

A pena de transferência compulsiva é aplicável a infracções que impliquem quebra de prestígio exigível ao magistrado para que possa manter-se no meio em que exerce funções.

ARTIGO 88

(Pena de inactividade)

1. A pena de inactividade é aplicável nos casos de negligência grave ou grave desinteresse pelo cumprimento de deveres profissionais ou quando os magistrados forem condenados em pena de prisão, salvo se a sentença condenatória impuser pena de demissão.

2. O tempo de prisão cumprido é descontado na pena disciplinar.

ARTIGO 89

(Pena de aposentação compulsiva e de demissão)

1. As penas de aposentação compulsiva e de demissão são aplicáveis quando o magistrado:

- a*) revele incapacidade de adaptação às exigências da função, nomeadamente, as de ordem ética, deontológica e técnico-profissional;
- b*) revele falta de honestidade, grave insubordinação ou tenha conduta imoral ou desonrosa;
- c*) revele inaptidão profissional;
- d*) tenha sido condenado por crime praticado em grave e flagrante abuso da função ou com manifesta e grave violação dos deveres a ela inerentes;
- e*) apresentar-se ao serviço ou em público, de forma reiterada, em manifesto estado de embriaguez.

2. O abandono do lugar corresponde sempre à pena de demissão.

ARTIGO 90

(Pena de expulsão)

A pena de expulsão é aplicável nos casos de desvio de fundos, extorsão, suborno, corrupção, descaminho de processos e aos condenados por crime doloso a que corresponda pena de prisão maior.

ARTIGO 91

(Medida da pena)

Na determinação da medida da pena atende-se à gravidade do facto, à culpa do agente, à sua personalidade e às circunstâncias que deponham a seu favor ou contra ele.

ARTIGO 92

(Atenuação especial da pena)

A pena pode ser especialmente atenuada quando existam circunstâncias anteriores ou posteriores à infracção ou contemporâneas dela que diminuam acentuadamente a gravidade do facto ou a culpa do agente.

ARTIGO 93

(Reincidência)

1. Verifica-se reincidência quando a infracção for cometida antes de decorridos dois anos sobre a data em que o magistrado cometeu infracção anterior, pela qual tenha sido condenado em pena superior à de advertência, já cumprida total ou parcialmente.

2. Em caso de reincidência a aplicação das penas obedece as regras seguintes:

a) se a pena aplicável for qualquer das previstas nas alíneas c) e f) do artigo 64 do presente Estatuto, em caso de reincidência, o seu limite mínimo é igual a um terço ou a um quarto do limite máximo, respectivamente;

b) tratando-se de pena diversa das referidas no número 1 do presente artigo, pode ser aplicada pena de escalão imediatamente superior.

ARTIGO 94

(Concurso de infracções)

1. Verifica-se o concurso de infracções quando o magistrado comete duas ou mais infracções antes de se tornar inimpugnável a condenação por qualquer delas.

2. No concurso de infracções aplica-se uma única pena e quando as infracções correspondam penas diferentes aplica-se a de maior gravidade, agravada em função do concurso, se for variável.

ARTIGO 95

(Substituição de penas aplicadas a aposentados)

Para os magistrados aposentados ou que, por qualquer outra razão, se encontrem fora de actividade, as penas de multa ou inactividade são substituídas pela perda até metade da pensão ou vencimento de qualquer natureza pelo tempo correspondente.

Subsecção IV

Prescrição do procedimento disciplinar e das penas

ARTIGO 96

(Prazo de prescrição)

1. O direito de instaurar processo disciplinar prescreve passados três anos, contados a partir da data da ocorrência dos factos em que se baseia.

2. Suspende o prazo de prescrição a instauração do processo disciplinar, de inquérito, de sindicância, de averiguação, de auditoria ou inspecção judicial, mesmo que não tenha sido instaurado procedimento disciplinar contra o magistrado a quem a prescrição aproveita.

3. Constituindo a infracção disciplinar simultaneamente infracção criminal, o direito de instaurar o procedimento disciplinar prescreve no prazo previsto em legislação penal para a prescrição do procedimento criminal.

4. As penas disciplinares prescrevem nos prazos seguintes, contados da data em que a decisão se torna inimpugnável:

- a) seis meses para a pena de multa;
- b) um ano para as penas de despromoção, transferência compulsiva e inactividade;
- c) quatro anos para as penas de aposentação compulsiva, demissão e expulsão.

SECÇÃO III

Processo disciplinar

Subsecção I

Normas Processuais

ARTIGO 97

(Processo disciplinar)

1. O processo disciplinar é sumário e não depende de formalidades especiais, sendo obrigatória a audição com possibilidade de defesa do arguido.

2. O instrutor pode rejeitar as diligências manifestamente inúteis ou dilatórias, fundamentando a recusa.

3. Do despacho que rejeitar as diligências referidas no número 2 do presente artigo cabe recurso, sem efeito suspensivo do processo, a subir a final.

ARTIGO 98

(Competência para instauração do processo)

Compete ao Conselho Superior da Magistratura Judicial a instauração de procedimento disciplinar contra magistrados judiciais.

ARTIGO 99

(Impedimentos e suspeições)

É aplicável ao processo disciplinar, com as necessárias adaptações, o regime de impedimentos e suspeições em processo penal.

ARTIGO 100

(Carácter confidencial do processo disciplinar)

1. O processo disciplinar é de natureza confidencial até decisão final, sem prejuízo do direito de defesa reconhecido ao arguido.

2. Salvo os casos especiais previstos na lei, só é permitida a passagem de certidões de peças do processo a requerimento fundamentado do arguido, quando destinados à defesa de interesses legítimos.

ARTIGO 101

(Prazos de instrução)

1. A instrução do processo disciplinar deve ultimar-se no prazo de 45 dias.

2. O prazo referido no número 1 do presente artigo só pode ser excedido em caso justificado.

3. O instrutor deve dar conhecimento ao Conselho Superior da Magistratura Judicial e ao arguido da data em que inicia a instrução do processo.

4. O não cumprimento do prazo indicado no número 1, do presente artigo, pode influir na classificação do juiz instrutor, se for devido à negligência, mas não implica qualquer nulidade do processo.

ARTIGO 102

(Número de testemunhas em fase de instrução)

1. Na fase de instrução não há limite para o número de testemunhas.

2. O instrutor pode indeferir o pedido de audição de certo número de testemunhas ou declarantes, se considerar manifestamente inútil ou dilatatório, cabendo recurso desta decisão, sem efeito suspensivo do processo, a subir a final.

ARTIGO 103

(Suspensão preventiva do arguido)

1. O magistrado arguido em processo disciplinar pode ser preventivamente suspenso das funções, se houver fortes indícios de que à infracção cabe, pelo menos, a pena de transferência compulsiva e a continuação na efectividade de serviço seja prejudicial à instrução do processo ou ao serviço ou ao prestígio e dignidade da função.

2. A suspensão preventiva é executada por forma a assegurar o resguardo da dignidade pessoal e profissional do magistrado.

3. A suspensão preventiva não pode exceder 60 dias, prorrogáveis mediante justificação, por mais 30 dias e não tem os efeitos consignados no artigo 78 do presente Estatuto.

4. Compete ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial ordenar a suspensão preventiva do magistrado arguido em processo disciplinar.

ARTIGO 104

(Acusação)

1. Concluída a instrução e junto o registo biográfico do arguido, o instrutor deduz acusação no prazo de dez dias, articulando discriminadamente os factos constitutivos da infracção disciplinar e os que integram circunstâncias agravantes ou atenuantes que repute indiciados, indicando os preceitos legais nos casos aplicáveis.

2. Se não se indicarem suficientemente factos constitutivos da infracção ou da responsabilidade do arguido ou o procedimento disciplinar se encontrar extinto, o instrutor elabora em dez dias o seu relatório, seguindo-se os demais termos aplicáveis.

ARTIGO 105

(Notificação do arguido)

1. A cópia da acusação é entregue ao arguido ou remetida pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, cópia da acusação, fixando-se o prazo de 20 dias para apresentação da defesa.

2. Se não for conhecido o paradeiro do arguido, procede-se à sua notificação edital.

ARTIGO 106

(Nomeação de defensor)

1. É permitido ao arguido a constituição de advogado de defesa.

2. Se o arguido estiver impossibilitado de constituir advogado ou de elaborar a sua defesa por motivo de ausência, doença, anomalia mental ou incapacidade física, o Conselho Superior da Magistratura Judicial nomeia um defensor.

3. Havendo defensor constituído, o prazo para a defesa conta-se a partir da data da notificação daquele.

ARTIGO 107

(Exame do processo)

Durante o prazo para a apresentação da defesa, o arguido, o defensor nomeado ou mandatário constituído podem examinar o processo no local onde se encontrar depositado.

ARTIGO 108

(Defesa do arguido)

1. O arguido tem o prazo de 20 dias, a contar da data da recepção da acusação, para apresentar, querendo, a sua defesa de forma escrita ou oral, devendo esta última ser reduzida a escrito que é lida na presença de duas testemunhas e assinado por todos os intervenientes.

2. Com a defesa, o arguido pode indicar testemunhas, juntar documentos ou requerer diligências, não podendo ser oferecidas mais de três testemunhas para cada facto.

3. A não apresentação da defesa ou a sua apresentação fora do prazo previsto no número 1 do presente artigo implica a confissão dos factos imputados ao arguido na acusação, excepto quando sobre os mesmos não seja admissível a confissão ou resultem contraditados pelos documentos que constituem o processo disciplinar.

ARTIGO 109

(Relatório)

Terminada a produção da prova, o instrutor elabora, no prazo de 15 dias, um relatório do qual devem constar os factos cuja existência considera provada ou não provada, a qualificação jurídica e a pena aplicável.

ARTIGO 110

(Prazo da decisão)

A decisão final, devidamente fundamentada, deve ser proferida no prazo máximo de 12 meses, contados da data de recepção do Processo Disciplinar na Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 110 A

(Devolução dos autos e realização de diligências complementares)

1. Apresentado o relatório final pelo instrutor, o Conselho Superior da Magistratura Judicial pode devolver os autos ao instrutor para realização de diligências complementares, que repute necessárias, ou para a sanação e correcção das nulidades e irregularidades supríveis que forem constatadas.

2. Quando das diligências referidas no número 1 do presente artigo resultarem factos novos, é deduzida uma nova acusação contra o arguido, sem prejuízo dos actos já praticados, devendo, a partir da nova acusação, o processo seguir os normais termos até final.

3. O Conselho Superior da Magistratura Judicial pode, ainda, indicar um novo instrutor para o processo disciplinar, caso se justifique.

ARTIGO 111

(Notificação da decisão)

A decisão final, acompanhada de cópia do relatório, a que se refere o artigo 109 é notificada ao arguido com observância do disposto no artigo 101.

ARTIGO 112

(Nulidades e irregularidades)

1. Constituem nulidades insupríveis a falta de audiência do arguido com possibilidade de defesa e a omissão de diligências essenciais para a descoberta da verdade que ainda possam utilmente realizar-se.

2. As restantes nulidades e irregularidades consideram-se sanadas se não forem arguidas na defesa ou, a ocorrerem posteriormente, no prazo de cinco dias contados da data do seu conhecimento.

Subsecção II

Abandono do lugar

ARTIGO 113

(Auto por abandono)

Quando um magistrado deixe de comparecer ao serviço durante 10 dias, manifestando expressamente a intenção de abandonar o lugar, ou falte injustificadamente durante 30 dias úteis seguidos, é levantado um auto por abandono do lugar.

ARTIGO 114

(Presunção da intenção de abandono)

1. A ausência injustificada do lugar durante 30 dias úteis seguidos constitui presunção de abandono de lugar.

2. A presunção referida no número 1 do presente artigo pode ser ilidida em processo disciplinar por qualquer meio de prova.

Subsecção III

Dos recursos

ARTIGO 115

(Recursos)

Das deliberações do Conselho Superior da Magistratura Judicial recorre-se ao Plenário do Tribunal Administrativo.

ARTIGO 116

(Prazo)

1. O prazo para as reclamações e a interposição de recurso conta-se desde a data da publicação da deliberação, quando seja obrigatória, ou da notificação, conhecimento ou início de execução da deliberação, nos restantes casos.

2. O prazo para interposição de recurso no Plenário do Tribunal Administrativo é o previsto na Lei do Processo Administrativo Contencioso e o prazo para as reclamações é o previsto no Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado.

ARTIGO 117

(Efeitos)

O recurso tem efeito meramente devolutivo, excepto nos casos de decisões em que tiver sido aplicada uma das seguintes penas: advertência, repreensão registada e multa.

ARTIGO 118

(Interposição de recurso)

1. A interposição de recurso faz-se por petição fundamentada dirigida ao Plenário do Tribunal Administrativo, assinada pelo recorrente ou pelo seu mandatário.

2. O recurso considera-se interposto na data em que a petição dá entrada na Secretaria Geral do Tribunal Administrativo.

ARTIGO 119

(Requisitos da petição)

1. A petição deve referir a deliberação de que se recorre, os fundamentos de facto e de direito e a formulação clara e precisa do pedido.

2. A petição deve ser instruída com documento comprovativo do acto objecto de recurso e com todos os documentos probatórios.

3. Se, por motivo justificado, não tiver sido possível obter os documentos dentro do prazo legal, pode ser requerido prazo para a sua ulterior apresentação.

SECÇÃO IV

Revisão de decisões disciplinares

ARTIGO 120

(Revisão)

1. As decisões condenatórias proferidas em processo disciplinar podem ser revistas a todo o tempo quando se verifiquem circunstâncias ou meios de prova susceptíveis de demonstrar a inexistência dos factos que determinaram a punição ou a irresponsabilidade do arguido e que não puderam ser oportunamente utilizados.

2. A revisão não pode, em caso algum, determinar o agravamento da pena.

ARTIGO 121

(Processo)

1. A revisão é requerida pelo interessado ao Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. O requerimento, processado por apenso ao processo disciplinar, deve conter os fundamentos do pedido e a indicação dos meios de prova, e ser instruído com os documentos que o interessado tenha podido obter.

ARTIGO 122

(Sequência do processo de revisão)

1. Recebido o requerimento, o Conselho Superior da Magistratura Judicial decide, no prazo de 30 dias, se se verificarem os pressupostos da revisão.

2. Se decidir pela revisão, é nomeado novo instrutor para o processo.

ARTIGO 123

(Procedência da revisão)

1. Se o pedido de revisão for julgado procedente, suspende-se, revoga-se ou altera-se a decisão proferida no processo revisto.

2. Sem prejuízo de outros direitos legalmente previstos, ao interessado são repostas as remunerações que tenha deixado de receber em razão da decisão revista.

CAPÍTULO X

Inquéritos e sindicâncias

ARTIGO 124

(Inquéritos, sindicâncias e averiguações)

1. Os inquéritos têm por finalidade a averiguação de determinados factos.

2. As sindicâncias têm lugar quando haja notícias de factos que exijam uma averiguação geral acerca do funcionamento dos serviços.

ARTIGO 125

(Instrução)

São aplicáveis à instrução dos processos de inquérito e de sindicância, com as necessárias adaptações, as disposições relativas ao processo disciplinar.

ARTIGO 126

(Relatório)

Terminada a instrução, o inquiridor ou sindicante elabora relatório propondo a instauração de processo disciplinar ou o arquivamento, conforme os casos.

ARTIGO 127

(Conversão em processo disciplinar)

Se se concluir pela existência de infracção, o processo de inquérito ou de sindicância em que o arguido tenha sido ouvido constitui parte integrante do processo disciplinar.

CAPÍTULO XI

Conselho Superior da Magistratura Judicial

SECÇÃO I

Natureza, composição e mandato

ARTIGO 128

(Natureza)

1. O Conselho Superior da Magistratura Judicial é o órgão de gestão e disciplina da Magistratura Judicial.
2. O Conselho Superior da Magistratura Judicial exerce também jurisdição sobre os oficiais de justiça, nos termos previstos no presente Estatuto.

ARTIGO 129

(Composição)

1. O Conselho Superior da Magistratura Judicial tem a seguinte composição:
 - a) Presidente do Tribunal Supremo;
 - b) Vice-Presidente do Tribunal Supremo;
 - c) duas personalidades designadas pelo Presidente da República;
 - d) cinco personalidades eleitas pela Assembleia da República, segundo o critério de representação proporcional;
 - e) sete magistrados judiciais das diversas categorias, todos eleitos pelos seus pares, sendo um Juiz Conselheiro, dois Juizes Desembargadores, dois Juizes de Direito A ou B e dois Juizes de Direito C ou D.
2. O Conselho Superior da Magistratura Judicial é presidido pelo Presidente do Tribunal Supremo, o qual é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Tribunal Supremo.
3. Fazem, ainda, parte do Conselho Superior da Magistratura Judicial quatro oficiais de justiça, com intervenção restrita à discussão e votação das matérias relativas à apreciação do mérito profissional e ao exercício da função disciplinar sobre os oficiais de justiça.
4. Na designação ou eleição dos membros constantes das alíneas c) a e), do número 1, do presente artigo, é indicado um suplente para cada classe que, no caso dos membros eleitos pelos seus pares, é o candidato mais votado na lista dos não eleitos.

ARTIGO 130

(Duração do mandato e tomada de posse)

1. À excepção do Presidente e Vice-Presidente, cujos mandatos são regulados nos termos da Lei de Organização Judiciária, integrando o Conselho por inerência de funções, os restantes membros exercem o seu mandato por um período de cinco anos, renovável uma única vez, contados da data de tomada de posse, podendo ser reeleitos ou designados após interrupção por cinco anos.
2. Com excepção do Presidente e do Vice-Presidente, os demais membros do Conselho são empossados pelo Presidente deste órgão, em reunião designada para esse efeito.
3. Findo o mandato, os membros cessantes mantêm-se em funções até à tomada de posse do novo corpo do Conselho.

ARTIGO 130 A

(Perda de mandato)

1. Os membros do Conselho eleitos pelos magistrados judiciais e pelos oficiais de justiça perdem o mandato nos seguintes casos:
 - a) jubilação, aposentação, demissão ou expulsão, ou quando, por qualquer outro motivo, cessem ou suspendam o exercício efectivo de funções, por iniciativa própria ou em resultado de exercício de funções em comissão de serviço de natureza não judicial;
 - b) renúncia devidamente fundamentada.
2. Não constitui causa de perda de mandato a promoção de um membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial para categoria superior.
3. Exceptuadas as situações previstas na alínea a), do número 1 do presente artigo, os membros, em relação aos quais se verifique causa de perda de mandato, mantêm-se em funções até à tomada de posse de novos membros.
4. Os membros eleitos pelos magistrados judiciais ou oficiais de justiça que percam o mandato nos termos do número 1 do presente artigo são substituídos pelos primeiros candidatos suplentes, que constam das respectivas listas, com excepção dos Juizes Conselheiros em que a substituição incida sobre o candidato que tiver ficado em segundo lugar.
5. Os membros do Conselho nomeados pelo Presidente da República ou eleitos pela Assembleia da República perdem o mandato quando sejam substituídos pelo órgão que os nomeou ou elegeu, quando renunciem ao cargo ou sejam nomeados para outras funções superiores do Estado.

SECÇÃO II

Processo Eleitoral dos Juizes e Oficiais de Justiça

ARTIGO 131

(Requisitos para eleição)

1. São eleitos para o Conselho Superior da Magistratura Judicial os magistrados e os oficiais de justiça que:
 - a) sejam de nomeação definitiva;
 - b) estejam em efectividade de funções ou em exercício de comissão de serviço judicial, com excepção da alínea b) do número 1 do artigo 36 do presente Estatuto;
 - c) não tenham sido punidos, nos dois últimos anos, com pena superior à de multa;
 - d) tenham tido classificação mínima de *Bom* nas duas últimas avaliações de desempenho profissional.
2. No caso de magistrado judicial que esteja a exercer as funções de Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial ou do Tribunal Supremo, deve optar entre ser membro daquele órgão ou manter-se em exercício daquela função.

ARTIGO 131 A

(Princípio geral relativo à eleição)

Os magistrados judiciais elegem e são eleitos na categoria ou classe a que pertencem.

ARTIGO 131 B

(Incompatibilidade)

Os candidatos a membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial não podem integrar a Comissão Eleitoral.

ARTIGO 132

(Comissão eleitoral)

1. Para a efectivação da eleição dos membros referidos na alínea e), do número 1 e 3 do artigo 129 do presente Estatuto, funciona junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial uma Comissão Eleitoral composta pelos seguintes membros, designados pelo Presidente daquele órgão:

- a) um Juiz Conselheiro;
- b) dois Juizes Desembargadores;
- c) três Juizes de Direito A ou B;
- d) três Juizes de Direito C ou D;
- e) dois Secretários Judiciais;
- f) dois Escrivães de Direito.

2. A Comissão Eleitoral é presidida pelo Juiz Conselheiro designado.

3. A Comissão Eleitoral deve ser constituída seis meses antes do fim do mandato dos membros em exercício.

4. Os membros da Comissão Eleitoral devem ser coadjuvados no exercício das suas actividades por funcionários do sistema judicial, a designar pelo Presidente daquele órgão, sendo o perfil e respectivos requisitos objecto de regulamentação.

ARTIGO 132 A

(Quórum)

1. Para que a Comissão Eleitoral delibere validamente, devem estar presentes metade dos membros, mais um.

2. As deliberações são tomadas por unanimidade ou por maioria simples dos membros presentes.

ARTIGO 132 B

(Organização do processo eleitoral)

O processo organiza-se em 11 círculos eleitorais, que funcionam, respectivamente, junto dos seguintes tribunais: Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, Tribunal Judicial da Província de Maputo, Tribunal Judicial da Província de Gaza, Tribunal Judicial da Província de Inhambane, Tribunal Judicial da Província de Manica, Tribunal Judicial da Província de Sofala, Tribunal Judicial da Província de Tete, Tribunal Judicial da Província da Zambézia, Tribunal Judicial da Província de Nampula, Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado e Tribunal Judicial da Província de Niassa.

ARTIGO 132 C

(Regulamentação)

Os demais aspectos atinentes ao processo eleitoral, nomeadamente candidaturas, votação e apuramento de resultados, entre outros, são objecto de regulamentação pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 133

(Procedimento para eleição)

Revogado

ARTIGO 134

(Forma de votação)

Revogado

ARTIGO 135

(Contagem de votos)

Revogado

ARTIGO 136

(Apuramento dos resultados)

Revogado

ARTIGO 137

(Fiscalização e homologação)

Compete ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial assegurar a fiscalização do processo eleitoral, decidir sobre os recursos que tiverem sido apresentados e homologar os resultados finais da eleição.

ARTIGO 137 A

(Reclamações e recursos)

1. Das deliberações da Comissão Eleitoral cabe reclamação para o presidente deste órgão a apresentar no prazo de 24 horas, a contar da data da sua publicação.

2. As reclamações serão decididas pela Comissão Eleitoral no prazo de 24 horas, sendo delas notificado o reclamante.

3. Das deliberações sobre reclamações, cabe recurso para o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, a intentar no prazo de 48 horas, a contar da data da respectiva notificação.

4. O Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial decidirá sobre o recurso, em última instância, em prazo não superior a 48 horas.

5. Os recursos têm efeito suspensivo.

ARTIGO 137 B

(Publicação do mapa de apuramento definitivo)

O mapa de apuramento definitivo dos resultados eleitorais, uma vez estes homologados, é publicado em *Boletim da República*.

SECÇÃO III

Competência e funcionamento

ARTIGO 138

(Competência do Conselho Superior da Magistratura Judicial)

Compete ao Conselho Superior da Magistratura Judicial:

- a) propor ao Presidente da República a nomeação dos Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo;
- b) nomear, colocar, transferir, promover, aposentar, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a acção disciplinar e, em geral, praticar todos os actos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados judiciais;
- c) apreciar o mérito profissional e exercer a acção disciplinar sobre os oficiais de justiça;
- d) processar e julgar as suspeições levantadas contra qualquer dos seus membros em processos da sua competência;

- e) ordenar a realização de inspecções ordinárias e extraordinárias, bem como de inquéritos e sindicâncias aos tribunais;
- f) aprovar o regulamento interno do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- g) analisar o projecto de orçamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- h) dar pareceres e fazer recomendações sobre a política judiciária por sua iniciativa ou a pedido do Presidente da República, da Assembleia da República ou do Governo;
- i) exercer as demais competências conferidas por lei.

ARTIGO 139

(Funcionamento e periodicidade das sessões)

1. O Conselho Superior da Magistratura Judicial funciona em Plenário e em Comissão Permanente.
2. O Plenário reúne-se ordinariamente quatro vezes por ano e extraordinariamente sempre que se mostre necessário, por convocação do Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial ou de dois terços dos seus membros.
3. A Comissão Permanente reúne-se ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que se mostre necessário, por convocação do Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

ARTIGO 140

(Composição e competência da Comissão Permanente)

1. A Comissão Permanente é composta por seis membros, sendo três magistrados judiciais, um dos membros designados pelo Presidente da República, dois membros eleitos pela Assembleia da República, além do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Supremo.
2. Os membros da Comissão Permanente são eleitos na primeira sessão plenária.
3. À Comissão Permanente compete, no intervalo entre as sessões plenárias:
 - a) nomear, colocar, transferir, promover, aposentar, exonerar, apreciar o mérito profissional, exercer a acção disciplinar e praticar os actos de idêntica natureza respeitantes aos magistrados judiciais;
 - b) analisar o projecto de orçamento anual do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
 - c) executar as deliberações do Plenário e exercer as funções que lhe tenham sido delegadas;
 - d) apreciar o mérito profissional e exercer a acção disciplinar sobre os oficiais de justiça, sem prejuízo do disposto no número 3, do artigo 139 do presente Estatuto.

ARTIGO 141

(Quórum e deliberações)

1. Os órgãos do Conselho Superior da Magistratura Judicial não devem funcionar validamente sem a presença de, pelo menos, dois terços dos seus membros.
2. As deliberações dos órgãos do Conselho Superior da Magistratura Judicial são tomadas por maioria de votos.

ARTIGO 142

(Competência do Presidente)

- Compete ao Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial:
- a) representar o Conselho Superior da Magistratura Judicial;
 - b) convocar e presidir as respectivas reuniões;

- c) exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- d) supervisionar a Inspeção Judicial e assegurar o seu correcto funcionamento;
- e) nomear e exonerar o Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- f) nomear, exonerar, exercer a acção disciplinar e praticar actos de idêntica natureza respeitantes aos funcionários do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- g) ordenar a suspensão preventiva dos magistrados judiciais arguidos em processo disciplinar;
- h) exercer as demais competências conferidas por lei.

ARTIGO 143

(Reclamações)

1. Das decisões do Presidente e das deliberações da Comissão Permanente reclama-se para o Plenário.
2. Em matérias relativas a oficiais de justiça, a reclamação é restrita às deliberações de natureza disciplinar que tenham aplicado pena de gravidade igual ou superior a de transferência compulsiva.

SECÇÃO IV

Direitos e Regalias dos Membros

ARTIGO 144

(Direitos e regalias dos membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial)

1. Os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial gozam dos direitos e regalias previstos nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 do artigo 43 do presente Estatuto.
2. Os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial têm ainda direito a:
 - a) assistência médica a expensas do Estado;
 - b) passaporte diplomático para si, cónjuge e filhos menores;
 - c) senhas de presença, cujo montante é fixado pelo Governo, sob proposta do Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
 - d) isenção de direitos aduaneiros na importação de viatura, nos termos da lei.

SECÇÃO V

Competência do Secretário-Geral

ARTIGO 145

(Competência do Secretário-Geral)

1. Compete ao Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial:
 - a) assegurar a gestão adequada dos recursos humanos, financeiros e do património, zelando pela correcta aplicação da pertinente legislação;
 - b) assegurar, do ponto de vista técnico e administrativo, a preparação e realização das sessões do Conselho;
 - c) assistir às sessões do Conselho Superior da Magistratura Judicial e assegurar que se lavrem as respectivas sínteses das deliberações e outra documentação pertinente;
 - d) executar e fazer executar as deliberações do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
 - e) assegurar a preparação dos projectos de orçamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial;

- f) assegurar, no âmbito da sua competência de gestão, a articulação entre o Conselho Superior da Magistratura Judicial e outras entidades públicas ou privadas;
- g) coordenar as acções no âmbito da cooperação internacional;
- h) autorizar as despesas variáveis do orçamento dentro dos limites e parâmetros a fixar pelo Presidente;
- i) propor a criação ou alteração do quadro de pessoal;
- j) propor os regulamentos necessários à organização interna e funcionamento dos serviços;
- k) emitir ordens e instruções de serviço no âmbito da sua competência;
- l) despachar com os dirigentes das unidades orgânicas dos serviços;
- m) submeter ao Presidente os assuntos que careçam de resolução superior;
- n) praticar os demais actos permitidos por lei e os que forem expressamente determinados pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- o) subscrever os termos de posse dos funcionários do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

2. O mandato do Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial tem a duração de cinco anos, podendo ser reconduzido uma única vez.

3. O Secretário-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial é substituído, nas suas faltas e impedimentos, por quem o Presidente do Conselho designar.

CAPÍTULO XII

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 146

(Forma e aplicação das deliberações)

1. As deliberações do Conselho Superior da Magistratura Judicial revestem a forma de resolução ou despacho.
2. Os despachos de carácter geral e as resoluções são publicados na I Série do *Boletim da República*.

ARTIGO 147

(Regime subsidiário)

É aplicável subsidiariamente aos magistrados judiciais, em tudo o que se refira à matéria administrativa e disciplinar, o regime da Função Pública.

ARTIGO 148

(Correspondência entre as categorias)

Atento ao disposto no artigo 9 do presente Estatuto são estabelecidas as seguintes correspondências entre as antigas e as novas designações das categorias ou classes da carreira da Magistratura Judicial:

- a) Juiz de Direito de 1.ª Classe – Juiz de Direito A;
- b) Juiz de Direito de 2.ª Classe – Juiz de Direito B;
- c) Juiz de 1.ª Classe – Juiz de Direito C;
- d) Juiz de 2.ª Classe – Juiz de Direito D.

ARTIGO 149

(Integração de juizes)

1. Os Juizes de Direito D, C, B e A que tenham ingressado na Magistratura Judicial, sem licenciatura em Direito, que hajam exercido por mais de dezassete anos e que tenham obtido na última classificação de serviço o mínimo de *Bom*, sejam ou não presentemente licenciados, passam imediatamente para a categoria superior a que se encontram.

2. Para a contagem do tempo mencionado no número 1 do presente artigo, inclui-se o período em que o magistrado tiver exercido funções em regime de contrato ou de substituição.

ARTIGO 150

(Instalação dos Tribunais Superiores de Recurso)

No âmbito da instalação dos Tribunais Superiores de Recurso, podem ser promovidos a Juizes Desembargadores, os Juizes de Direito A e B, com mais de três anos de exercício na classe, desde que tenham classificação mínima de *Bom* e aprovação em provas específicas.

ARTIGO 151

(Substitutos legais)

1. No caso de ausência, férias ou impedimento temporário de um juiz, este é substituído por outro da mesma área jurisdicional que tem a designação de substituto legal.

2. Na falta de outro juiz de carreira numa determinada jurisdição, o substituto legal pode ser escolhido de entre cidadãos com mais de vinte e cinco anos de idade, de reconhecida idoneidade moral e cívica, não se aplicando o requisito de limite de idade fixado para o exercício da Função Pública.

3. Para efeitos do disposto no número 2 do presente artigo, o Conselho Superior da Magistratura Judicial aprova regularmente a lista dos substitutos legais de cada juiz.